



TEXTO DE JOSÉ MÁRIO SILVA

RETRATOS DE UM NOBEL

É o mais desejado, o mais compensador e o mais mediático dos galardões literários. Uns ganharam-no e nunca mais se recompuseram de tanta glória. Outros são todos os anos citados pelas agências de apostas e nunca mais lá chegam. Há ainda os que foram ostensivamente ignorados pela Academia Sueca (mas não pela posteridade), os que receberam o prémio mas caíram no esquecimento, os que o recusaram e os que foram escolhidos, suspeita-se, por razões mais políticas do que artísticas. Eis uma breve viagem aos domínios do Nobel da Literatura, que será atribuído no início deste mês.

Quando o autor escolhido pela Academia Sueca recebe formalmente, em Estocolmo, a 10 de Dezembro, o Prémio Nobel de Literatura das mãos do rei da Suécia, são três os objectos que lhe são entregues: um diploma, uma medalha e um documento que confirma o valor monetário do prémio. O diploma é, em si mesmo, uma obra de arte, concebida por calígrafos que escrevem num pergaminho semelhante ao que usavam os monges ilustradores dos livros medievais. Ainda recentemente, no Palácio da Ajuda, os visitantes da exposição «José Saramago – A Consistência dos Sonhos» puderam apreciar o diploma que o Nobel português recebeu em 1998. A medalha, desenhada por Erik Lindberg e feita em ouro (de 18 e 24 quilates), tem numa das faces a efigie de Alfred Nobel, com as suas datas de nascimento e morte (1833-1896). Na outra, está representado um rapaz debaixo de um loureiro, a escrever enquanto escuta uma musa que toca lira. Uma inscrição junto ao bordo da medalha reproduz o verso 663 da sexta canção da *Eneida* de Virgílio: «*Inventas vitam juvat excoluisse per artes*» (qualquer coisa como: «Às invenções que melhoram a vida através da arte»). O valor monetário do prémio estabilizou há vários anos nos 10 milhões de coroas suecas (mais de um milhão de euros), mas o retorno financeiro é muito superior, se contabilizarmos o aumento de vendas das obras do laureado e a multiplicação de convites para conferências, por vezes muito bem pagas.



OS ETERNOS FAVORITOS

Todos os anos, a cena repete-se. Com a aproximação do anúncio da Academia Sueca, sempre numa das primeiras quintas-feiras de Outubro, pulam nos fóruns literários da Internet (e até nalgumas casas de apostas, como a britânica Ladbrokes) os prognósticos sobre possíveis vencedores. Na ingrata categoria dos eternos favoritos há um autor que se destaca: **Philip Roth**, unanimemente considerado um dos maiores escritores vivos. Os Estados Unidos não são distinguidos desde 1993, o que faz dele um candidato óbvio, mas os 18 elementos da Academia Sueca parecem fazer questão de fugir dos consensos, apostando muitas vezes em autores quase desconhecidos. Exceção a essa regra foi a escolha, em 2006, de Orhan Pamuk, um nome recorrente nas listas de favoritos, o que pode significar que Roth tem ainda mais

uns aninhos à sua frente, antes da merecida e adiada consagração (à semelhança do que aconteceu, por exemplo, com o sul-africano J.M. Coetzee, em 2003). Outros autores com lugar marcado nas especulações anuais são o italiano Claudio Magris, o israelita Amos Oz, o poeta sírio Adonis (pseudónimo de Ali Ahmad Said), o peruano Mario Vargas Llosa, a norte-americana Joyce Carol Oates e o poeta sueco Thomas Tranströmer (é bom lembrar que o prémio não fica em casa desde a vitória *ex aequo* de Harry Martinson e Eyvind Johnson, em 1974).



©Bob Peterson//Time Life Pictures/Getty Images

OS PRETERIDOS

Há quem diga que o excesso de popularidade de um autor, ou o facto de já ter atingido a consagração universal por outras vias, é uma das explicações para o «esquecimento» a que a Academia Sueca votou alguns dos nomes mais importantes da literatura do século passado. O certo é que os mecanismos internos do prémio (nomeadamente os critérios seguidos e a forma como são ponderados) nunca deixaram de estar envolvidos em densas camadas de secretismo e sigilo. Nos primeiros anos em que o Nobel da Literatura foi atribuído (coincidentes com a primeira década do século XX), a escolha seguiu à risca as indicações testamentárias do inventor da dinamite, segundo as quais o prémio devia recompensar escritores cujas obras reflectissem um claro «idealismo». Talvez por isso, o Nobel foi numa primeira fase para figuras como Rudyard Kipling, Selma Lagerlöf, Maurice Maeterlinck, Rabindranath Tagore ou Romain Rolland, deixando de lado pesos-pesados como Lev Tolstói, Henrik Ibsen, Mark Twain, Marcel Proust ou Franz Kafka. As injustiças flagrantes continuaram, porém, mesmo depois da rigidez «idealista» ter sido posta de parte. Basta dizer que James Joyce, **Jorge Luis Borges**, Italo Calvino, Graham Greene ou Vladimir Nabokov também nunca receberam o diploma em Estocolmo. No caso de Borges, um dos mais ostensivos, as razões terão sido sobretudo políticas e agravaram-se na década de 70, quando o escritor argentino apoiou o regime militar de Videla e aceitou uma Ordem de Mérito concedida, no Chile, por Pinochet.

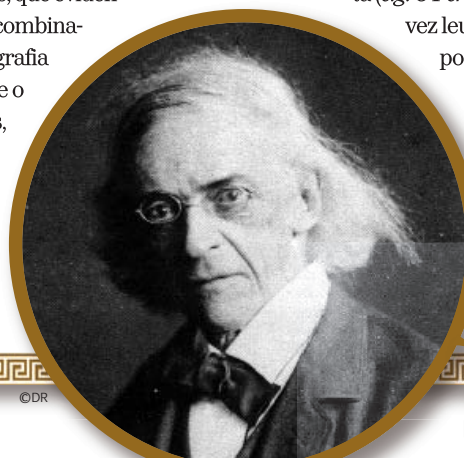


©Keystone/Getty Images

OS ESQUECIDOS

O primeiro Nobel da Literatura (1901) foi o francês Sully Prudhomme, «em reconhecimento pelas suas composições poéticas, que evidenciam um solene idealismo, perfeição artística e uma rara combinação de qualidades humanas e intelectuais». Da sua bibliografia constam *As Vãs Ternuras* (*Les Vaines Tendresses*, 1875) e o poema *A Justiça* (1878). Bjørnstjerne Bjørnson, norueguês, viu distinguida em 1903 a «frescura da inspiração e a rara pureza de espírito» de obras como *Capitão Mansana* (1878) ou *Sigurd, o Cruzado* (1899). Já Karl Adolph Gjellerup, um dinamarquês nobelizado em 1917 (que por vezes assinava com o pseudónimo Epigonos), publicou diversos romances germanófilos, uns mais a tender

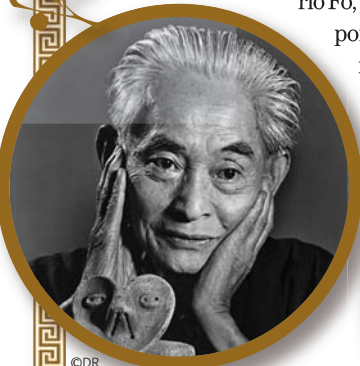
para o melodrama (*O Moinho*, 1896), outros de clara inspiração budista (e.g. *O Peregrino Kamanita*, 1906). Quem alguma vez leu um destes livros que levante o braço, por favor. E explique, já agora, qual o lugar que ocupam na História da Literatura nomes como os de **Theodor Mommsen** (Nobel em 1902), Giosuè Carducci (1906), Rudolf Christoph Eucken (1908), Verner von Heidenstam (1916), Carl Spitteler (1919), Vladislav Reymont (1924) ou Frans Eemil Sillanpää (1939).



©DR

OS AMALDIÇOADOS

Há qualquer coisa de Miss Universo no Prémio Nobel de Literatura. Durante um ano, o laureado é o centro das atenções, chovem pedidos de entrevista, convites para tudo o que é festival literário, doutoramentos *honoris causa* em universidades nos antípodas. Às tantas, torna-se difícil compatibilizar uma agenda a abarrotar de compromissos com o recato e disciplina que a escrita literária exige. Aumenta a glória mundana do autor; ressentem-se a obra. Sully Prudhomme (cf. «Os esquecidos»), foi a primeira vítima. Depois do Nobel, em 1901, só escreveu mais um livro: *Épaves* (1908). Os casos mais óbvios de uma possível maldição associada ao Nobel são os de Ernest Hemingway e **Yasunari Kawabata**, dois suicidas. Hemingway foi distinguido em 1954, com referências explícitas do júri ao último livro que editara, *O Velho e o Mar* (1952), um dos mais populares mas literariamente menos conseguidos. O escritor tinha 55 anos e até ao dia em que se matou com um tiro na cabeça, quase a fazer sessenta e dois, não voltou a publicar. Kawabata foi premiado em 1968 e nos restantes quatro anos de vida a sua bibliografia também ficou em branco. Outros amaldiçoados continuam a escrever, mas são as suas obras que não voltam a atingir, talvez esmagadas pela expectativas, o reconhecimento crítico que os içou a esta espécie de Olimpo. Exemplos não faltam, de Toni Morrison a Dario Fo, passando por José Saramago.



©DR



©Lipnitski/Roger Viollet/Getty Images

OS POLÍTICOS

Da fama de ser politicamente enviesado, o Nobel nunca se livrará. Ao longo dos anos, muitas foram as escolhas que pareceram obedecer a critérios extraliterários. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, foram privilegiados autores de países neutros ou pacifistas militantes (como Romain Rolland, em 1915). E em muitas outras ocasiões houve sinais políticos óbvios, como a atribuição do Nobel a **Winston Churchill** no pós-guerra (1953), a Aleksandr Solzhenitsyn no início da década de 70, a Wole Soyinka (1986), Nadine Gordimer (1991) ou Dario Fo (1997). Mais recentemente, também os prémios concedidos a Harold Pinter (2005), numa fase em que o dramaturgo inglês dizia cobras e lagartos de George W. Bush e de Tony Blair, por causa da invasão do Iraque, e ao turco Orhan Pamuk (2006), então recentemente envolvido num escândalo no seu país (por ter violado o tabu nacionalista que paira sobre o genocídio de arménios e curdos na Turquia, em 1915), tiveram leituras políticas.



©DR

OS QUE RECUSARAM

Nas mais de cem edições do prémio, apenas se registam duas recusas: a de **Jean-Paul Sartre** e a de Boris Pasternak. Em 1964, o filósofo existencialista francês foi o escolhido pela Academia Sueca «pelo seu trabalho que, sendo rico em ideias e animado pelo espírito da liberdade e a busca da verdade, exerceu uma enorme influência no nosso tempo». Depois de recusar o prémio alegando razões pessoais, o escândalo foi tão grande que Sartre viu-se forçado a publicar um artigo no *Le Figaro* (a 23 de Outubro), em que explicava que a sua concepção do lugar de um escritor na sociedade não lhe permitia aceitar qualquer tipo de honras oficiais. Tal como recusou o Nobel, já havia recusado condecorações de Estado e recusaria o Prémio Lenine, se lho dessem. Numa frase que ficou célebre, resumiu a sua atitude dizendo que um escritor deve evitar a todo o custo transformar-se numa instituição. A história, no entanto, pode não ser assim tão linear, uma vez que Lars Gyllensten, um membro de longa data do comité Nobel, afirmou na sua biografia que Sartre terá escrito uma carta à Academia Sueca, em 1975, em que garantia ter mudado de ideias quanto ao prémio, pelo menos no aspecto financeiro. Segundo Gyllensten, o comité indeferiu o pedido, alegando que a verba já tinha sido reinvestida no Instituto Nobel. A história de Pasternak é mais simples. A 25 de Outubro de 1958, dois dias depois de ser premiado, o escritor russo enviou à Academia Sueca um telegrama que dizia: «Imensamente grato, tocado, orgulhoso, espantado, desconcertado.» Passados mais quatro dias, um segundo telegrama: «Tendo em conta o significado que este prémio teve na sociedade a que pertenço, tenho de o recusar. Por favor não se ofendam com a minha recusa voluntária.» Para bom entendedor, dois telegramas bastam. Se Pasternak fosse a Estocolmo receber o prémio, retirar-lhe-iam a nacionalidade soviética e já não poderia voltar. Entre o Nobel e a pátria, Pasternak escolheu a pátria. Em 1989, quase três décadas após a sua morte, a medalha foi finalmente entregue ao filho, Yevgeny, numa cerimónia na capital sueca em que o violoncelista Mstislav Rostropovich tocou uma *suite* de J.S. Bach.